

ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR REGIONAL DE PRIORIZAÇÃO
DO PRIMEIRO GRAU

Data: 15/06/2015

Local: Sala 1002 – Prédio-Sede TRT4

Presenças:

Membros titulares:

Desembargador Francisco Rossal de Araújo (Coordenador)

Juizes do Trabalho Ricardo Fioreze e Marcelo Bergmann Hentschke

Servidores José Américo Ilha de Quadros e Gabriel Pacheco dos Santos

Membros suplentes:

Juíza do Trabalho Maria Silvana Rotta Tedesco

Servidores Carolina da Silva Ferreira e Ruy Bittencourt de Almeida Neto

Associações:

AMATRA IV: Juiz do Trabalho Rodrigo Trindade de Souza

SINTRAJUFE/RS: Ruy Bittencourt de Almeida Neto

Convidados:

OAB/RS: Dra. Maria Cristina Carrion Vidal de Oliveira

ABRAT: Dra. Sílvia Lopes Burmeister

AGETRA: Dr. Denis Rodrigues Einloft

SATERGS: Dr. Gustavo Juchem

Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Mario Garrastazu Medici Neto

Secretária: Tatiana Duarte Pina (AGE)

Hora de início: 16h45min

Hora de término: 17h

Aos quinze dias do mês de junho do ano de 2015, às 16 horas e 45 minutos, na sala 1002 do Prédio-Sede do TRT4, ocorreu reunião do Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro Grau de Jurisdição com representantes das entidades OAB/RS, ABRAT, AGETRA e SATERGS. Estiveram presentes o Excelentíssimo Desembargador Francisco Rossal de Araújo, os Juizes do Trabalho Ricardo Fioreze, Marcelo Bergmann Hentschke, Maria Silvana Rotta Tedesco e Rodrigo Trindade de Souza, os servidores José Américo Ilha de Quadros, Gabriel Pacheco dos Santos,

Carolina da Silva Ferreira, Ruy Bittencourt de Almeida Neto e Mario Garrastazu Medici Neto. Presentes, ainda, os advogados Maria Cristina Carrion Vidal de Oliveira, Sílvia Lopes Burmeister, Denis Rodrigues Einloft e Gustavo Juchem. A reunião foi coordenada pelo Desembargador Francisco Rossal de Araújo, conforme relato que segue. Inicialmente, o Des. Rossal explicou as razões do seu atraso, pedindo desculpas aos presentes. Agradeceu a presença dos advogados representantes da OAB/RS, ABRAT, AGETRA e SATERGS. Explicou que a criação do Comitê é resultado da implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição pelo Conselho Nacional de Justiça. O Comitê é regido pelas Resoluções nº 194 e 195, ambas do CNJ, que fixam suas atribuições, relativas a políticas internas, aspectos orçamentários, diálogo social com as entidades, bem como a implementação de políticas que tenham como objetivo a priorização da atividade do primeiro grau de jurisdição e, em última análise, o jurisdicionado. Explicou a composição do Comitê e relatou o trabalho relacionado ao projeto do segundo assistente de Juiz. Referiu a existência de um assunto em debate pelo Comitê que interessa diretamente aos advogados: o horário de atendimento no balcão das varas do trabalho. Relatou o trabalho do Comitê em relação ao tema, que compreendeu a colheita de dados estatísticos, por amostragem em varas do trabalho da capital e do interior do Estado, que permitiram identificar faixas de horários de maior movimento e faixas ociosas. Também foram colhidos dados relativos aos horários de atendimento nos demais TRTs, bem como a realização de pesquisa com os Juízes diretores dos foros e titulares de varas únicas. Determinou a apresentação do material aos advogados presentes. Informou que ainda não existe uma proposta formal de alteração no horário de atendimento, mas, por questão de transparência no trabalho do Comitê, convocou a presente reunião para desde já informar que o assunto está em debate. Informou, ainda, que as entidades serão formalmente comunicadas e terão a oportunidade de apresentar seus argumentos tão logo o Comitê elabore uma proposta de alteração no horário. Referiu que o Comitê possui caráter consultivo e não decisório, razão pela qual qualquer decisão cabe à Administração. O Dr. Fioreze pediu a palavra para registrar que os estudos realizados demonstram que o avanço da PJe-JT nas unidades judiciárias resulta na diminuição do atendimento presencial no balcão, mas ao mesmo tempo desloca parte desse atendimento para o telefônico. O Des. Rossal disse que esse é um dos fatores que estão em estudo pelo Comitê para a

elaboração de proposta, ou seja, a alteração no horário permitiria deslocar parte do recurso humano utilizado para a realização do atendimento presencial para o atendimento “virtual”. Disse, por fim, que o Comitê está aberto a sugestões e reforçou que nenhuma proposta será levada ao conhecimento da Administração sem o prévio debate com os advogados. Agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião às 17 horas. Ata subscrita pela servidora Tatiana Duarte Pina, Assistente, lotada na Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais. ~~~~~